



Atribuição-NãoComercial-Compartilhável - CC BY-NC-SA



Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais

Dr. Estélio Silva Barbosa
Faculdade de Ensino Superior do Piauí – FAESPI, Teresina – Piauí
esteliobarbosasilva@gmail.com

Raimunda Irene Silva Sousa
Associação de Ensino Superior do Piauí - AESPI
irenesilva2011@gmail.com

RESUMO

O contexto social atual principalmente educacional amparado por leis e decretos, e outros documentos, mesmo que pacatamente tem assegurado o processo de inclusão de pessoas com alguma necessidade especial no cenário social e educacional. A escola não podem fugir da realidade de contextualizar na prática essa inclusão. O professor precisa ter conhecimento teórico e prático para efetivação do processo de inclusão. Esse trabalho justamente aborda essa temática: As concepções docentes sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, cujo a problemática apresenta-se sobre que concepções os docentes possuem frente a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Os objetivos elencados nessa pesquisa seguem; Objetivo geral: Descrever as concepções docente sobre o processos de inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula e a formação ou capacitação pedagógica para esse trabalho inclusivo. Objetivos específicos: elucidar alguns aspectos históricos e legais da educação especial e do processo inclusivo. Investigar a concepção que os professores têm sobre inclusão. Pesquisar a existência de curso de aperfeiçoamento, formação ou capacitação docente para atender alunos especiais. Verificar a capacitação da equipe pedagógica para atender alunos especiais. Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica em teóricos como Mosqueira, Beyer, Mantoan, Silva e outros, além de leis e decretos, como a declaração de Salamanca. Ainda como metodologia utilizamos a pesquisa de campo por meios de entrevista. É possível concluir afirmando; para que a inclusão venha de fato ser uma realidade, é necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas docentes. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno.

Palavras Chaves: Inclusão; Surdez; Educação; Docência.

ABSTRACT

The current social context is mainly educational, supported by laws and decrees, and other documents, even if it has quietly ensured the process of inclusion of people with some special needs in the social and educational scenario. The school cannot escape the reality of contextualizing this inclusion in practice. The teacher needs to have theoretical and practical knowledge to carry out the inclusion process. This work precisely addresses this theme: Teachers' Barbosa, E.S., Sousa, R.I.S.; Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. Revista Portuguesa Interdisciplinar V.2, N°2, p.38-53, Ago/Dez. 2022. Artigo recebido em 05/11/2021. Última versão recebida em 25/11/2021. Aprovado em 01/12/2021.

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. conceptions about the process of inclusion of students with special educational needs, whose problem is presented about what conceptions teachers have regarding the school inclusion of students with special needs. The objectives listed in this research follow; General objective: To describe the teachers' conceptions about the inclusion process of students with special needs in the classroom and the formation or pedagogical training for this inclusive work. Specific objectives: elucidate some historical and legal aspects of special education and the inclusive process. Investigate the conception that teachers have about inclusion. Search for the existence of an improvement, training or teacher training course to serve special students. Check the training of the pedagogical team to serve special students. As a methodology, we used bibliographical research in theorists such as Mosqueira, Beyer, Mantoan, Silva and others, as well as laws and decrees, such as the Salamanca declaration. Still as a methodology we use field research through interview means. It is possible to conclude by stating; for inclusion to actually become a reality, it is necessary to review a series of barriers, in addition to the policy and teaching practices of teachers. It is necessary to know human development and its relationship with the teaching-learning process, taking into account how this process takes place for each student.

Keywords: Inclusion; Deafness; Education; teaching

INTRODUÇÃO

A sociedade atual por meio de leis fomenta políticas públicas de inclusão social, de acessibilidade, o que difere do passado, hoje existe um olhar mais sensível para pessoa que possui alguma limitação física, sensorial ou mental. Estamos referindo a uma educação de pessoas com necessidades especiais cujo a educação deve estar apta para esse processo de inclusão educacional.

Neste trabalho de pesquisa procuramos descrever concepções acerca da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, fomentando conceitos e a formação docente para essa modalidade em uma escola da rede municipal de Teresina- Piauí.

Em detrimento as polêmicas existentes acerca da inclusão da pessoa com deficiência na classe comum de ensino, principalmente quando falamos sobre a deficiência auditiva, percebemos que ainda é um assunto gerador de muito conflito pelos professores por não terem a capacitação necessária para atendê-los.

Com base na temática surgiu então a problemática dessa pesquisa, que concepções os docentes possuem frente a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais?.

Com o intuito de tentar responder a problemática traça-se os seguintes objetivos: Objetivo o geral; Descrever as concepções docente sobre o processos de inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula e a formação ou capacitação pedagógica para esse trabalho inclusivo. Objetivos específicos: elucidar alguns aspectos históricos e legais da educação especial e do processo inclusivo. Investigar a concepção que os professores têm sobre inclusão. Pesquisar a existência de curso de aperfeiçoamento, formação ou capacitação docente para atender alunos especiais. Verificar a capacitação da equipe pedagógica para atender alunos especiais. Para responder a problemática apresentada e os objetivos

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. propostos elencamos uma metodologia baseada em fontes bibliográficas em livros, revistas e documentos legais em teóricos como Mosqueira, Beyer, Mantoan, Silva e outros. Lançamos mão também da pesquisa de campo por meios de entrevista a professores em uma escola da rede pública de ensino.

A temática envolvida nesse trabalho caracteriza-se em um grau de relevância extraordinária, primeiro por conta da própria sociedade que vivencia a inclusão social, segundo por conta de leis que asseguram a inserção de pessoas com necessidades especiais, como a lei de Salamanca, a declaração de Jontien, a convenção de Guatemala e outras leis como o Estatuto da Criança e do adolescente, e a própria constituição brasileira que em conjunto com a LDB cobram do sistema educacional conhecimentos teóricos e práticos de vivência inclusivistas nas escolas.

CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A escola tem um papel fundamental na construção do conhecimento dos estudantes e em sua preparação para a vida. Cabe à escola avançar dos conhecimentos de senso comum, que todo aluno traz à sala de aula, para conhecimentos referenciados no paradigma científico, garantindo assim aos estudantes habilidades e competências que lhe assegurem a inserção no mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

A diversidade no meio social é especialmente no meio ambiente escolar, fator determinante do enriquecimento das trocas dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que nele interagem.

O papel da Educação Especial e Inclusiva é de grande importância dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

A Educação Especial surgiu ao longo dos tempos e retratam a concepção e a visão da deficiência de momentos históricos, políticos e sociais, onde muitas vezes o que predominava era a educação elitista sendo que poucas instituições ofereciam.

As grandes tendências que marcaram o início do século XX e determinaram a direção pedagógica do atendimento educacional das pessoas com deficiência foram a vertente médico-pedagógica, embora a prioridade fosse o atendimento médico, mas a questão pedagógica foi significativa.

Fomentando ainda essas tendências a Revista de Educação Especial cita que:

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais.

Desde meados dos anos 80” e princípio dos 90, inicia-se no contexto internacional um movimento materializado por profissionais, pais e as pessoas com deficiência, que lutam contra a ideia de que a educação especial, embora colocada em prática junto com a integração social, estivera enclausurada em um mundo à parte, dedicado à atenção reduzida proporção de alunos qualificados como deficientes. Surge também mais ou menos nesta época o movimento que aparece nos EUA denominado “Regular Education Iniciativa” (REI), cujo objetivo era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, out. 2005).

Registram-se muitos avanços, na conquista de igualdade e do exercício de direito, através de marcos legais nacionais e internacionais que vieram fortalecer a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva algumas leis merecem destaque a saber:

- Lei nº. 4024/61

Apointa que a educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. Nesse período a educação dos deficientes é feita por classes especiais, instituições e oficinas separadas da educação regular, acentuando com isso as diferenças mesmo com a possibilidade de desenvolver habilidades nos indivíduos que a escola regular não conseguia. Ocorria também o encaminhamento de indivíduos com deficiência, a postos de trabalho após um longo período em oficinas.

- Lei nº 5692/71

Prevê “tratamento especial aos excepcionais”. De acordo com Carvalho, as escolas e as classes especiais passaram a ter um elevado número de alunos com “problemas” e que não necessitariam estar ali. A oficialização da educação especial e de classes especiais se deu em consequência dessa lei, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial.

Mosquera afirma que:

Educação Especial tem cumprido na sociedade duplo papel, o de complementaridade da educação regular, atendendo de um lado a democratização do ensino, na medida em que responde as necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares do ensino; do outro, responde ao processo de segregação legitimando a ação seletiva da escola regular”. (MOSQUERA; STOBUS, 2004, p. 23).

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (janeiro de 2008) estabelece que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis (Educação Básica e Ensino Superior) e realiza o Atendimento Educacional Especializado sendo este complementar e/ou suplementar no ensino regular, devendo o aluno receber atendimento de acordo com suas necessidades educacionais específicas.

Na tentativa de criar ambientes adequados e inclusivos para suprir as especificidades dos alunos com necessidades especiais, a escola teve de iniciar um processo de revisão de sua

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. estrutura, refletindo sobre novas formas de desenvolver e implementar o currículo inclusivo, transmitir conteúdos e propor atividades. (SILVA, 2010 p. 100).

A inclusão escolar foi definida por Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p.21 apud SILVA, 2010, p.96), como “a prática da inclusão de todo independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural-em escolas e salas de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.

Segundo Salend (2008, apud SILVA 2010 p.96), A inclusão é uma filosofia segundo a qual alunos, familiares, educadores e membros da comunidade unem-se para criar escolas cuja base é à aceitação, a luta pelo direito de ocupar na escola e a colaboração entre os envolvidos.

De acordo com Carvalho (2005 apud SILVA, 2010, p. 97), a inclusão escolar: deve ser entendida como princípio (um valor) e como processo contínuo e permanente, Não deve ser concebido como um preceito administrativo, dado “a priori”, que leva a estabelecer datas, a partir das quais as escolas passam a ter o estado de inclusivas, e obediência à hierarquia do poder ou a opressões ideológicas.

A partir da Declaração de Salamanca (1994), principalmente na última década, o Brasil, a exemplo dos demais signatários, começou a implantar políticas de inclusão no ensino regular de alunos com necessidades especiais, por considerarem na como a forma mais democrática para a efetiva ampliação de oportunidades para essa população.

Essas políticas baseavam-se em um ideal de democracia, cujo principal objetivo era a efetiva ampliação de oportunidades para essa população marginalizada. O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e: a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

O Decreto nº. 3.298 que regulamenta a Lei nº. 7.853/89, ao dispor sobre a política nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais.

Nesse contexto de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução Câmara de Educação Básica nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (Ministério da Educação 2001).

Colaborando com o que diz o Ministério da Educação acima, em 2001, o Plano Nacional de Educação – Pessoa com Necessidades Especiais Lei nº 10.172, destaca que o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

A Resolução Conselho Nacional de Educação CP 1/ 2002, estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. A Portaria nº 2.678/02 aprova a diretriz e normas para o uso, ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos.

Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento O Acesso de Alunos com deficiência às Escolas e Classes da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.

Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível é implementado com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade.

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão das Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais.

Em 2007, no contexto com o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

METODOLOGIA UTILIZADA FRENTE A PROBLEMATICA E AOS OBJETIVOS PROPOSTOS

Nesta seção, abordaremos o percurso metodológico a ser executado durante a realização da pesquisa.

Utilizando a pesquisa de campo com o objetivo central de caracterizar o cotidiano da classe onde as crianças com deficiência auditiva estão incluídas na Escola Municipais Dom Hélder Câmara, procura-se conhecer o processo educacional com a ajuda de observação direta e entrevistas a professores.

A coleta de dados a partir da observação acompanhando o trabalho do professor no desenvolvimento de sua atividade planejada dentro da sala de aula.

Este trabalho é caracterizado como um estudo de caso com cunho de pesquisa qualitativa. Sobre pesquisa qualitativa Minayo (2001) elucida:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.21-22)

Ainda na discussão, da pesquisa qualitativa Godoy (1995, p.58) afirma:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados; envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares, procurando compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos. (GODOY, 1995, p.58)

A pesquisa qualitativa na visão desses teóricos traduz por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis, sendo assim, quando se trata dos sujeitos, levam-se em considerações seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis.

O procedimento adotado foi à pesquisa bibliográfica que teve o objetivo de fazer um aprofundamento teórico sobre o tema para melhor debatê-lo e uma pesquisa de campo com o objetivo de coletar dados sobre as metodologias utilizadas pelo professor.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados foram realizadas entrevistas guiadas com 03

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. professores da referida escola a respeito da metodologia empregada na disciplina em sala de aula e ainda sua visão a respeito da ideia de importância da inclusão como fator social. O objetivo inicial era entrevistar os cinco professores que ministram na referida escola, no entanto não se pôde obter a entrevista com todos os professores.

Em relação à entrevista nos embasaremos, também, no aspecto, que, de acordo com Gil (2017) afirma que a entrevista pode ser definida como uma conversa, em que o investigador pode ficar cara a cara com o entrevistado, tendo por finalidade a obtenção de dados a respeito do assunto a ser trabalhado. Caracteriza-se como uma forma de diálogo em que o pesquisador busca coletar informações para seu objeto de estudo, sendo o entrevistado sua principal fonte de informação.

No processo de análises fizemos nomenclaturas dos professores da seguinte forma: Professor 1; Professor 2, Professor 3. Que posteriormente a luz dos teóricos tece as análises.

ANALISANDO E INTERPRETANDO DADOS FRENTE AOS OBJETIVOS PROPOSTOS

Dos cinco professores que ministram aulas no Ensino Fundamental com alunos especiais, dois recusaram-se a responder a entrevista, apesar de não ser necessário se identificar e ainda o fato de ser apenas um instrumento de coleta de dados com o objetivo de construir conhecimento e não de julgar respostas certas ou erradas, ainda assim não foi possível contar com a colaboração de todos os professores da escola.

Em contrapartida, os três professores que responderam o questionário se fizeram receptivos e abertos em contribuir e construir novos cenários para o reconhecimento do estudo de procedimentos metodológicos utilizados na sala de aula. Assim, este estudo foi realizado com a colaboração de três professores que ministram de 1º ao 5º ano.

Entrevista com os professores:

A entrevista continha cinco questões na qual os três professores responderam com base nos procedimentos metodológicos que utilizam em suas aulas de aula.

A primeira pergunta se enquadrava na formação de professores na educação inclusiva.

Sobre a formação dos referidos professores constatamos nos resultados que os três são graduados em Licenciatura em Pedagogia, e não passaram por nenhum tipo de capacitação para ministrar as aulas na Educação Inclusiva além da que receberam no decorrer da sua graduação.

De certa forma já era esperado esse tipo de resposta por envolver escolas de educação infantil, a grande maioria de professores da área Infantil possui a graduação em Pedagogia.

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. Porém viu-se que os mesmo possuíam especialização, mais não na área que envolva a inclusão.

A Segunda pergunta questionava sobre as concepções que os professores tem sobre o que é a Inclusão. As respostas descritas pelos professores foram:

PROFESSOR 01	A educação inclusiva pode ser uma oportunidade de crescimento mútuo e recíproco para os diversos sujeitos envolvidos, desde que a preocupação básica seja voltada à educação de todos os alunos e não apenas de um grupo.
PROFESSOR 02	A inclusão é a adequação da sala de aula para um todo. Atendendo as necessidades de todos. Ainda um sonho pois necessitaríamos de recursos que no momento são limitados para a escola.
PROFESSOR 03	E a interação da escola com as necessidades dos alunos. É poder de crescer sem barreiras, e as barreiras que possui poder superá-las. É procurar meios de facilitar a aprendizagem.

Fonte: Acervo da pesquisadora. Pesquisa direta.Teresina-PI.2021.

Os professores têm noções de inclusão, sabem das necessidades, dos valores que se podem ser prestados as crianças. Estes veem que a escola tem um papel fundamental na educação das crianças. Que os recursos e meio são sim necessários para uma boa aprendizagem. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

Mantoan (2003, p. 63), salienta que "existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos."

A terceira pergunta feita aos professores, foi se a equipe pedagógica das escolas estão capacitadas para atender os alunos especiais.

PROFESSOR 01	A escola e a equipe pedagógica por atender cerca de 700 alunos ou mais nos três turnos podem ter sim dificuldades em adequar sua estrutura para atender os 22 alunos que possuem uma necessidade especial, mais ela esta envolvida e tenta de todas as formas melhora e facilitar as formas de aprendizagem dos alunos.
-------------------------	---

PROFESSOR 02	Acho que a equipe pedagógica da escola esta envolvida no bem esta e na socialização da escola com a comunidade e alunos com necessidades especiais. Procura investimento, salas de Apoio Educacional para auxiliar aos professores formas de interagir com alunos especiais.
PROFESSOR 03	A equipe busca caminhos para ajudar não só aos alunos, mais aos professores e aos pais que estão envolvidos com a aprendizagem dos alunos.

Fonte: Acervo da pesquisadora. Pesquisa direta.Teresina-PI.2021.

As escolas possuem a estrutura física e os recursos necessários para atender alunos. Na escola há salas de Apoio Pedagógico, Professoras especializadas que fazem capacitação para atender alunos com linguagem de sinais onde é a grande maioria dos alunos possuem surdez. Não podemos falar das escolas em sentido amplo.

Se tomarmos apenas a realidade brasileira, temos muitas e tantas escolas com parâmetros que nada possuem. Ainda esta longe da escola modelo mais é a escola que a comunidade possui e a equipe pedagógica, a direção e a comunidade reconhecem como parte de uma evolução e espera crescer mais na matéria inclusão.

Tendo em vista, Beyer (2006), acrescenta que:

O desafio é construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário pondo em andamento na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um (BEYER 2006, p. 76).

Colaborando no pensamento de Beyer, Sousa (2004), também realiza uma análise semelhante e acresce que para garantir uma educação de qualidade a todos os alunos e, em especial aos alunos com necessidades especiais, é necessário que o gestor pedagógico, em colaboração com outros profissionais da área de ensino, promova uma transformação nas formas organizacionais da escola, eliminando as barreiras que possam impedir o processo de escolarização de alunos com necessidades especiais.

Na quarta pergunta aos professores foi questionado se a rede regular de ensino esta preparada para receber alunos com necessidades especiais?

PROFESSOR 01	Nem todas as escolas têm a estrutura necessária para atender a esses alunos. Nos que temos uma grande
-------------------------	---

	estrutura ainda sentimos necessidades de mais opções de materiais pedagógicos pra atender a demanda.
PROFESSOR 02	Com certeza não. Muitas escolas estão sucateadas, possuem poucos recursos, ainda está um pouco longe das escolas ideais, sim temos escolas boas e adaptadas, mais ainda se necessita implantar mais recursos, alunos possuem necessidades diferentes e é essa diferença que os governos têm que já estar preparado pra dá aos alunos uma educação sadia.
PROFESSOR 03	As escolas do governo tem se adaptado para atender as necessidades de todos os alunos não só o especial mais ainda está longe para atender a todos. As escolas que hoje são construídas pensando nisso, mais são 2 ou 3 construídas a cada sei lá 10 anos? E as escolas que já estão construídas? Só dando o jeitinho brasileiro não dá muito certo, é preciso mais empenho do governo e dos governantes.

Fonte: Acervo da pesquisadora. Pesquisa direta.Teresina-PI.2021.

Vemos que os três professores têm falas parecidas onde o governo trabalha para adaptar-se ao mais ainda falta muito para que a ideologia de escola modelo seja retirada do livro e posta em realidade.

De acordo com Foucault,2002, p. 292, o Estado governamentalizado utiliza-se de “[...] táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal.” Em relação à governamentalização do Estado, Foucault,2002, p. 292,diz o seguinte:

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade [...] a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais de governamentalidade.

Na citação de Foucault, é possível afirma que espera-se muito do governo para atender as necessidades das escolas. Passos já foram dados, debates, leis, mobilização da escola e da comunidade em busca de atender a todos com educação de qualidade. Não é nada fácil. Mas,

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. falar em qualificação dos processos educacionais não combina com economia, porém podemos pensar que não basta existirem recursos, é necessário saber onde aplicá-los.

A quinta pergunta é sobre a capacitação dos professores. Para trabalharem com a educação especial que tipo de cursos de aperfeiçoamento que o professor fez.

PROFESSOR 01	Passei agora no ultimo concurso e não tenho uma formação especifica para a educação inclusiva além da disciplina estudada durante o período da Universidade. A formação da rede não passa algo especifico para ser trabalhado com nossos alunos assim procuro adaptar as atividades pra inseri-los.
PROFESSOR 02	Tenho especialização mais não especifica para educação inclusiva. Procuro conversar com os professores que tenham mais experiência que eu pra poder saber como trabalhar as necessidades do aluno. Minhas formações pedagógicas da rede também não trabalha algo especifico para as necessidades especiais, mais durante as formações nos professores tentamos passar um para o outro as nossas experiências.
PROFESSOR 03	Não tenho uma formação especifica na área da educação inclusiva. Na escola temos o Apoio Pedagógico mais falta apoio nas formações da rede para trabalhar mais a educação inclusiva que tanto queremos.

Fonte: Acervo da pesquisadora. Pesquisa direta.Teresina-PI.2021.

No momento em que começamos a nos ocupar da formação, assessoria e acompanhamento do trabalho docente, grande parte do conhecimento dessa função será também útil e necessário ao pensarmos o trabalho na perspectiva da inclusão.

O fato é que, de maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão. Isso é preocupante, pois os alunos bem ou mal estão sendo incluídos e cada vez mais as salas de aula se diversificam, embora, evidentemente, não no ritmo desejado conforme parafraseando a ideia de (GLAT; PLETSCH, 2004; PLETSCH; FONTES, 2006). Em outras palavras, “trata-se de uma inclusão precarizada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

É importante que os professores recebam uma formação que favoreça o entendimento da proposta inclusiva e possam agir segundo os seus princípios, mas percebemos, também, que se queremos uma educação de qualidade é importante que esta formação seja contínua, em serviço, buscando analisar, discutir e encontrar soluções em conjunto sobre as dificuldades enfrentadas pela escola.

Ainda não há no Brasil uma política de educação inclusiva que considere as necessidades diversificadas de todos os alunos como: currículo apropriado, mudanças organizacionais e metodologia de ensino, programas de capacitação de professores condizentes com esta perspectiva, aquisição de recursos adequados à realidade de cada escola e parceria com as comunidades, que são de fundamental importância para efetivação da educação inclusiva.

Realizar a inclusão na escola, o corpo docente, funcionários administrativos devem estar preparados para receberem pessoas com necessidade educativa especial.

Tem-se agora um grande desafio: tornar a escola mais humana. E isto não é difícil de acontecer, visto que se deve favorecer a troca de conhecimentos entre os alunos, facilitando a sua aprendizagem. E isto só se dará através da grande diversidade histórico-cultural que existe. Não temos um aluno único, e sim, cada um com sua dificuldade e sua história da vida. Somente com essa troca que construiremos uma sociedade que respeite a diferença, buscando a conquista da paz tão desejada.

Para uma qualidade no processo de inclusão escolar é necessário que haja uma transformação no sistema de ensino, que esse sistema possa beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

Alguns procedimentos diferenciados precisam ser garantidos para receber e manter, com qualidade educacional, todos os alunos na escola.

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais.

O êxito da educação inclusiva dependerá, em grande medida, da oferta de uma rede de apoio à escola, através do trabalho de orientação, assessoria e acompanhamento do processo de inclusão.

Ações inclusivas não surgem espontaneamente, mas dependerão de ações planejadas, as quais envolvem todos os setores sociais, não se restringindo à educação em si.

Há necessidades emergente de reelaboração, reestruturação do Projeto Político Pedagógico da Escola, que inclua as necessidades educacionais dos alunos que frequentam a escola.

Deve haver reflexão, debate, e estudo que venha buscar soluções criativas e a promoção das mudanças desejadas frente ao processo inclusivo.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino requer uma revisão conceitual da estrutura curricular e da formação de professores.

Há necessidade para o processo inclusão escolar uma proposta de educação inclusiva baseada na adaptação curricular, realizada através da ação de uma equipe multidisciplinar que oferece suporte tanto ao professor quanto ao aluno com necessidades especiais, por meio do acompanhamento, estudo e pesquisa de modo a inseri-lo e mantê-lo na rede comum de ensino em todos os seus níveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 22 de dez. 2018.

BRASIL. Decreto 3.298, 20 de dezembro que,1999, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 20 de dezembro de 1999;. >. Acesso em 19 de nov. 2019.

BRASIL. Decreto 5.296, 2 de dezembro de 2004,regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. BEYER, Hugo Otto. **A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial**. In: Inclusão - Revista da Educação Especial. Ano 2, n. 2, jul/2006.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ações sobre necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: CORDE, 1994

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.23, seção 1, de 24 de ab. de 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e o art. 18 da lei nº. 10.098.de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 8, seção 2, de 29 de dez. de 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DECLARAÇÃO de Salamanca, de 07 a 10 de junho de 1994. Espanha. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: (13/11/2015)

FOUCAULT, Michel. **Micro-física do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GLAT, R.; FONTES, R. de S.; PLETSCHE, M. D. **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**. Revista Inclusão Social, Duque de Caxias/RJ, n. 6, p. 13-33, nov. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

Concepções Docentes Sobre O Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais.
GODOY, A, S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo. V.35, n.2 p. 57-63. 1992

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

KARAGIANNIS, A. STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Fundamentos do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. p. 21 – 34.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér e colaboradores. **Integração de pessoas com deficiência**- Editora Memnon edições científicas Ltda, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ed. Petrópolis: Vozes,2001.

STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. (org.) **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SOUSA, L. P. F. de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. 2004, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro

SILVA, Shirley. **A multiplicidade de se construir o especial**: os “especiais” e a crise derivada na Educação Especial. In: Educação Especial: um esboço de política pública. Tese de Doutorado. FE/USP, 2000, p. 10-28.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os **Direitos da Criança**. 1989. Disponível em <[http:// www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php)>. Acesso em 18/2/2019.